

A CRÍTICA LITERÁRIA MARXISTA E A QUESTÃO DO PRECONCEITO

THE MARXIST LITERARY CRITICISM AND THE PREJUDICE QUESTION

Luiz Maurício Azevedo da Silva (PG - Unicamp)

RESUMO: O artigo a seguir tem como objetivo principal a discussão da abordagem marxista da crítica literária sobre o tema das identidades étnicas e a problematização do comportamento dos pesquisadores a respeito do tema do racismo. O argumento aqui é que, quando decide evitar certas produções, a crítica literária burguesa está evitando, na verdade, seus produtores. Não é o preconceito o tema desconcertante para o arcabouço crítico tradicional, mas sim os sujeitos vítimas de preconceitos. A presença deles na cena literária opera como uma denúncia da reduzida diversidade do universo crítico literário. A interdição não é, portanto, às suas produções, mas à evidência ofuscante de que há produção onde seria mais desejável que as minorias estivessem em silêncio.

Palavras-chave: Crítica literária, marxismo, preconceito.

ABSTRACT: The following article has the main target the discuss of the marxist aproach about the ethnical identities and the position of the researcher role of literary question about the theme. The point in here is that when avoid some productions, the literary criticism is avoinding, in the fact, its producers. It is not the prejudice the disturbing theme, but its victims. Their existences operate as a complaint of the fact that there is not many like them. The ban operation is not, therefore, to their productions, but to the obvious evidence that there is production where is much likeable if all minorities were in silence.

Keywords: Literary criticism; Marxism; prejudice.

Quando se pensa abordar a crítica literária marxista, pensa-se essencialmente na operação inversa de examinar tudo aquilo que não tem sido crítica literária marxista. Esse exercício faz parte da própria luta dos conceitos no domínio da Teoria. Contudo, isso abre portas para um tipo vulgar de pensamento, segundo o qual tudo aquilo que a crítica tradicional não faz – e deveria fazer – pode ser levado em conta para compor o programa fundamental de uma crítica literária marxista¹. Evidentemente, a crítica marxista tem seus expedientes e seus próprios compromissos. Ela não está – e nem deveria – interessada em preencher as lacunas deixadas pelo pensamento crítico tradicional burguês. Como todo pensamento marxista ela possui ambições maiores: ela necessita transformar o presente com vistas ao futuro. E isso demanda uma certa capacidade iconoclástica, uma disposição a desfazer os pactos sociais do presente.

O estado atual da crítica literária é o de uma radical simulação (tomando-se como simu-

¹ Sem dúvida, a própria crítica marxista faz também parte, em certo sentido, dessa crítica tradicional, uma vez que suas postulações são produzidas por forças inseridas no miolo da burguesia. Contudo, a distinção desse artigo crítica tradicional x crítica marxista diz respeito ao modo como os próprios críticos tradicionais veem a uma e outra. A tradição, para eles, é tomada em um sentido positivo, de arcabouço, de espólio, de reservatório de valores culturais, de acúmulo. E nessa compreensão, a crítica marxista é, evidentemente, bem distinta da crítica tradicional.

lação a atividade descrita por Jean Baudrillard (1992), na qual procura-se fazer crer que se possui algo que *de fato* não se possui) da superação dos impasses teóricos apresentados até o momento. Trata-se de uma representação cada vez mais frequente entre os críticos literários, a de que a crítica tradicional seria uma espécie de síntese do percurso crítico universal. Para tornar possível tal empreendimento, a crítica tradicional tem lançado mão de expedientes linguísticos antes restritos a certos grupos, como a suspensão de juízo através de conclusões inconclusas. Entretanto, essa operação, na maioria dos casos, não passa de uma celebração burguesa do espetáculo da dúvida. Certamente um desdobramento trágico das teorias de Guy Debord (1997), a consciência de que a dúvida é um valor gerou a proliferação de estratégias de intelectualização e de falsificações de incertezas, até culminar na criação de *simulacros* de dúvidas. E a posterior celebração da suposta dissipação delas faria o mais crente Kantiano corar em silêncio.

Possivelmente, isso é um resultado da radical extensão do domínio do capital na cena acadêmica. No esforço para reivindicar sua relevância nas sociedades capitalistas, a crítica literária tem que se mostrar cada vez mais atual, cada vez mais ampla, abarcando a objetos cada vez mais distintos (do cinema ao MMA) emulando poder pensar a tudo ao mesmo tempo, inclusive a si mesma sem anular-se. Essa operação, que termina por bloquear as *dúvidas reais*, não deixa espaço algum para uma crítica, de fato, comprometida em criticar. Ela produz, cada vez com mais força, o discurso de que tudo está sendo catalogado, revisto e criticado, sem no entanto realizar a crítica de coisa alguma.

Identificado o sintoma, é preciso agora compreender a que se destina esse tipo de desenho ideológico. Um caminho especulatório possível seria analisar o que a crítica tradicional atual deseja ocultar? O que ela omite com sua presença? O que, afinal, deseja suplantar com sua aparição ofuscante? Certamente não é o objeto. A crítica literária tem sido bastante generosa com os objetos que propõe a analisar, em parte porque parece ter diagnosticado um risco do desaparecimento deles no mundo, de modo que cada livro editado é recebido com celebração, por se tratar de um exemplar raro em um mundo cada vez mais digitalizado, uma espécie de testemunho quixotesco da atividade editorial. Esse engajamento, esse curioso exercício de empreendedorismo teórico, gerencia uma série de atividades que visam garantir o nascimento do objeto e a encurtar o papel da crítica. Resiste, no entanto, a questão: o que pretende a crítica esconder com sua multiplicação viral dos objetos? Ora, as condições de produção. O objetivo de grande parte da crítica literária é apagar das obras as marcas sociais existentes nelas, até que os objetos se constituam integralmente mercadoria, substância sem resquício aparente de atividade humana ou de testemunho. Não se trata, evidentemente, de

um engajamento maciço, de um grande plano de manipulação, inculcação ou coisa do gênero². Trata-se, isso sim, de uma organização das concepções burguesas em sua realidade evidentemente burguesa.

Dessa atividade podem participar tanto formalistas, quanto críticos da escola psicanalítica; tanto teóricos da crítica genética quanto da desconstrução. Quando Jonathan Culler (1997) diz que a desconstrução afeta mais os críticos do que a atividade crítica, sem dúvida realiza um precioso diagnóstico. O que deixa de dizer é que no atual estado das coisas, a desconstrução já não mais afeta nem sequer os pesquisadores. Trata-se então agora do mero anúncio de um trabalho já desconstruído, que visa ostentar um longo percurso crítico sempre intuído e nunca demonstrado.

Já se disse até aqui que a crítica literária tradicional tem se caracterizado por simular possuir qualidades que não tem; já se afirmou que o objetivo disso é desidratar os objetos de análise até que virem eles mesmos mercadoria. Resta refletir, então, sobre como crítica tradicional aborda os produtos que resistem a essa transformação. Para isso, tome-se como exemplo as produções marginais dos autores negros. É bastante razoável elucubrar que a presença reduzida deles naquilo que, com algum esforço, se possa chamar de cânone, não é resultado da tradição ou de um eco histórico distante. Isso é produto de um patrulhamento constante que visa manter como majestosos objetos literários que são totens da cultura tradicional.

A literatura dos negros; a literatura das mulheres; a literatura dos gays; a literatura dos indígenas; a literatura dos irlandeses; a literatura dos catalães; essa multiplicação de visões tem sido usada pela crítica não marxista como autorização para vilipendiar as produções de negros, mulheres, gays, indígenas, irlandeses, catalães e o que quer que pareça, aos seus olhos, não universal, como critica Rodrigues:

Hoy creo que las cosas han quedado mucho más claras. Se ha partido del Hombre, como categoría central de los planteamientos y no resultaría exagerado indicar que, a partir ahí, hasta el planeta se nos ha agrietado entre las manos. Tampoco es este el sitio para plantear el debate en su nivel profundo, y para plantearlo no como Feuerbach ni como los actuales “guardianes” de la libertad. Solo sabemos que no existe El Hombre, sino los que gritan o huyen, los que se callan o están a favor, los que hecho sufren incluso sus neurosis “normales” son no solo categorías concretas, sino categorías teóricas a las que convendría comenzar a pluralizar. Digamos: los hombres y las mujeres; los explotadores y los explotados; los negros y los blancos; todo el arco iris de colores y todo el arco iris de una vida está destina-

² Não é à toa que Paul De Man relacionava a atividade de leitura à atividade da morte. Essa atividade tão bem conhecida de todos os estudantes de literatura e dos ambientes reservados à leitura e a introspecção: o silêncio das bibliotecas, o isolamento do leitor a semelhança evidente entre a atividade de leitura e da oração silenciosa. Eis um positivo traço apontado por Harold Bloom em O cânone Ocidental. Mas que evidentemente já anunciava essa atração herdeira de Edgar Allan Poe pela coisa morta, pelos rituais do que não se pode mover, pela atração patológica a estabilidade das coisas inanimadas e, evidentemente, por aquilo que por excelência não possui animação, novamente, a mercadoria, que se apresenta em todos os lugares e a todos, sem, no entanto, poder mover-se a nenhum lugar. Ela aparece, somente. E por isso, quanto maior sua aparência, maior o esforço para ocultar as engrenagens sociais necessárias para fazê-la se mover de um lugar ao outro.

da a ser vendida desde el nacimiento. Existen los países pobres y los pobres dentro de los países ricos. Claro que existe la “humanidad” como especie, pero eso no nos resuelve ninguna cuestión teórica ni práctica. Si no se está contra de la explotación social y subjetiva, en contra del dominio del género o de etnia, resulta hasta cruel – por no decir obsceno – que hable de los derechos humanos o de crímenes contra la humanidad. El Hecho es pues muy otro: unir un término tan vacío como el hombre a un término tan indeciso como el de literatura, nos ha llevado como máximo a decir que literatura es la expresión del Hombre o de la Mujer. Lo cual se asemeja mucho al hecho de no decir nada. O peor aún a ignorar demasiado todo lo que se refiere a la dislocación personal, id est, la explotación continua e inabarcable en la vivimos” (RODRIGUEZ, 2002:13).

A reação da hegemonia a esse pensamento pode ser exemplarmente demonstrada pelo que Harold Bloom cunhou de escola do ressentimento. Isso sem dúvida nos reserva um tom chistoso à questão, mas deixa escapar um componente importante que é o da ameaça.

Aparentemente vencida a ameaça socialista, com a autoproclamada vitória das forças progressistas sobre o “fantasma do comunismo”, parece ter havido um certo receio de que haja um contrataque. Curioso o temor de contrataque de uma força extinta. Sem dúvida, o socialismo parece ter perdido a batalha contra o capitalismo e o sistema existente na antiga União Soviética parece ter ruído, mas ainda resta um resíduo ideológico, uma espécie de poeira marxista que sopra por todos os ambientes fazendo tremer certas forças. A crítica de Bloom se refere à conduta crítica de outros críticos. É ela mesma a crítica do ressentimento. Pois foi o próprio Bloom quem perdeu a batalha teórica. Tão logo perdeu o campo político, o marxismo parece ter migrado para o ambiente acadêmico. E se instalado de tal maneira lá, que hoje muitos de seus críticos realizam a pública concessão de que “era um sistema interessante, porém de gabinete, inviável no plano real”. O marxismo tornou-se tão identificado com o ambiente acadêmico que hoje a própria descrição de um crítico literário remete a um sujeito de meia idade, possivelmente de centro-esquerda, com ideias de revolução.

Se isso acontece em várias partes do mundo, como se explica então que não haja no corpus da crítica brasileira, nenhum resquício dessa postura? A questão é que o marxismo jamais fechou suas portas para o diálogo com a burguesia. E não há lugar no mundo onde essa relação incestuosa tenha ficado mais clara. O resultado é que brancos partidários dos ressentidos e brancos partidários do sistema produziam o mesmo tipo de crítica. O que diferenciou um grupo de outro, no que diz respeito à cor, é que o primeiro grupo acredita que a condição dos excluídos é fruto inadmissível do capitalismo e a do segundo grupo é que isso é o preço necessário. Os dois discordam, portanto, do que deve ser feito, mas concordam com os diagnósticos: há inferiores e superiores.

Uma mínima parte da crítica marxista conseguiu se elevar à condição crítica superior e pensar em termos de inferiorizados e superiorizados. Nesse sentido, fica claro que as filiações ideológicas da academia e a origem biográfica dos teóricos impediu um tipo de reflexão mais ampla sobre a questão racial no Brasil. O resultado foi um discurso sem conteúdo programático.

Sem dúvida alguma, produzimos conhecimento para as prateleiras da escola do ressentimento. Mas pelo que consta há apenas três escolas fundamentais, a dos ressentidos, a dos cínicos e a dos que causaram o ressentimento. Não se pode ocupar a uma e a outra. E a dos cínicos leva a todos os lugares menos à crítica. Dificilmente os humilhados e explorados podem fazer parte da escola dos humilhadores. Dificilmente, é possível escolher entre ser humilhado e humilhante. Em geral, para todos os seres, é dado no máximo, a fantástica possibilidade de, em algum momento da trajetória humana descobrir-se um explorado.

A metáfora dominante do pesquisador de teoria literária é a de um oceano muito amplo onde cada um deve se dedicar a uma parte específica. Em primeira vista parece um plano de pesquisa consistente. Na prática, apenas desabilita pesquisadores a compreender de um modo complexo a literatura dos gays, dos negros, dos catalães, dos indígenas, dos irlandeses e das mulheres, gerando uma crença na inevitável fragmentação da realidade.

Por outro lado, como parte daquela primeira atividade de simulação já investigada aqui, a literatura dos que estão à margem passa a ser tomada como já avaliada, já catalogada, já vista. A contribuição dos estudos culturais, nesse sentido, foi sequestrada como argumento. Atualmente não há departamento de teoria literária onde mesmo os autores mais conservadores simulam certo respeito e uma superação das leituras de Stuart Hall ou mesmo de Raymond Williams. A esquiva tem o efeito de “foi importante termos analisado as produções das periferias, mas esse trabalho já foi concluído, não há mais nada a ser feito” ou o fatal “disso já sabemos”. Espanta perceber que esses mesmos pesquisadores jamais aceitariam que se dissesse o mesmo de seus cânones, como Shakespeare. Há um mito universitário, ainda intocável, o da inesgotabilidade dos objetos tradicionais “há sempre algo novo a se dizer sobre Shakespeare” e o vazio dos objetos considerados marginais “é interessante, é claro, mas Toni Morrison repete Austen”.

Dentre as tensões de preconceito, sem dúvida o racismo irrompe como um dos temas mais traumáticos e de maior dificuldade para os pesquisadores conservadores, forçados a registrar aquilo que gostariam de destruir. Tudo isso se constitui num preconceito crítico, que se caracteriza como uma ignorância constante em relação ao objeto de pesquisa que manifeste qualquer opinião sobre o próprio tema do preconceito. É a esterilidade silenciosa disfarçada de empanturramento. Assim, o preconceito crítico é uma operação em duas etapas: na primeira opera-se um esforço para deixar o tema de lado. E, caso algum evento extraliterário, em geral pressão de grupos políticos ou movimentos sociais organizados, exija uma revisão de suas práticas, ensaia-se uma aceitação do debate e o posterior reconhecimento do preconceito como sendo parte de um passado condenado, o

qual não existe mais³.

O autor é tomado como uma vítima inevitável daquilo que afligia a todos. Paradoxalmente, o autor antes acusado de preconceituoso é tido agora como mais uma das vítimas de um tempo de preconceitos. Essa é a condição necessária para o reconhecimento de qualquer tipo de exclusão: que ele seja uma força natural, inegavelmente negativa, mas irremediavelmente sem fonte e sem beneficiados. O preconceito passa a ser um conceito que não tem seu contrário, uma mazela de uma sociedade atrasada, um tipo de característica negativa imutável em certa época, como a topografia local ou as condições meteorológicas.

O mal estar frente a um autor compele certos pesquisadores a alternar critérios bibliográficos e critérios de julgamento de suas obras. Ora o autor não pode ser considerado racista porque, apesar dos personagens racistas de sua obra, o estudo de sua vida particular revela que “era um homem cordato”; ora a vida particular do autor não pode ser levada em conta porque “não se pode misturar as duas instâncias”.

Assim, a crítica literária estabeleceu um critério flutuante para suas análises: o social aparece e desaparece dependendo da disposição de análise ou do objeto a ser analisado. Tome-se como outro efusivo exemplo o caso de Machado de Assis. Durante muito tempo, foi tomado como indivíduo branco. Depois, como parte de um esforço em construir uma imagem brasileira miscigenada, foi tido como mulato. Em 2011, um filme publicitário do banco Caixa Econômica Federal trazia um autor caucasiano interpretando o personagem do escritor. Longe de ser apenas um erro biográfico, o episódio ilustra o problema de uma certa transformação da história social a serviço dos poderes constituídos.

Não há dúvidas de que, no Brasil, o ponto nevrálgico dessa questão foi a discussão iniciada em 2010 sobre a aquisição de obras literárias de Monteiro Lobato para crianças. O nítido, porém contestado racismo nelas contido, transformou o caso em um exemplo do campo de disputas simbólicas que é a crítica literária. Realizou-se uma complicada operação de proteção à biografia de Lobato. Quando se trata de anular sua trajetória de missivas francamente racistas, levanta-se a bandeira histórica de que elementos de sua vida pessoal não devem ser levados em conta. Quando se trata de exaltar sua conduta pessoal em defesa do monopólio do petróleo brasileiro, tal fato se ergue como barreira a ser levada em conta em sua defesa. Ora o marco ético é público, ora é privado.

A vida particular evidentemente é delicada e há diferenças entre as acusações de racismo e de obra com personagens racistas. Em um exemplo elucidatório, **Othelo** possui inúmeros per-

³ Essas concepções ideológicas, segundo as quais o passado é depositário de toda a nocividade e o presente é o guardião de tudo o que já está resolvido e pacificado tem sido tema de inúmeros textos e produções de Fábio Akcelrud Durão.

sonagens racistas. Mas **Othelo**, em si, não é uma obra racista. Costuma ser difícil demonstrar a diferença entre uma e outra, mas um exercício de discernimento eficaz costuma ser o de elencar as atividades dos personagens negros em contraponto aos brancos. Como são retratados, quais seus ofícios, quais seus papéis na trama, se aparecem como protagonistas ou como coadjuvantes, se são sistematicamente responsáveis por erros ou se são sistematicamente responsáveis por feitos incríveis. E, principalmente, se suas ações são assumidas pelo narrador como produto de sua raça. Nesse sentido, parece não haver dúvidas de que quando Monteiro Lobato menciona “como uma macaca de carvão” está emprestando a Tia Anastácia uma metáfora racista. Esse entendimento é imediatamente combatido por seus defensores porque, segundo eles, o universo social da época, a despeito da vontade do autor, resvala para a obra, contaminando-a com as impurezas do real.

Analisando essa perspectiva de forma acrítica, trata-se de um equívoco; encarando dentro de uma perspectiva ampla, trata-se inevitavelmente de uma repercussão ideológica fruto da concepção de literatura burguesa.

O indivíduo, na crítica literária, aparece somente para obter lucro. Não se admite dele nenhum tipo de responsabilização ou de ônus. O resultado da crítica literária brasileira está na praticamente ausência de autores brasileiros nas rotinas das salas de aula. Não há sistema literário negro, no Brasil. Se Machado de Assis pode, com alguma sinceridade, ser tomado como mulato, não é por essa razão que ele é levado em conta. Não se trata de reivindicar o valor da cor, em detrimento do talento real machadiano, trata-se de notificar que sua cor é vista como um valor de dificuldade a ser superado “apesar de descendente de negros”, ou, no mais sofisticado “apesar de sua controversa condição.” A mesma estratégia aparece: a confusão entre cor e racismo. O racismo como sendo uma consequência direta da cor, uma resposta inevitável às diferenças.

Uma razoável contribuição crítica foi trazida pela sociologia da literatura, através dos trabalhos de Robert Escarpit, Roger Chartier e Robert Darnton. Era uma forma de resolver, ao menos em parte, as lacunas de uma formação acadêmica raquítica em noções de sociologia. Contudo, apesar de robusta, as pesquisas da sociologia da literatura sempre padeceram de um certo conformismo e de uma visão da história como uma série de pequenas decisões individuais que propiciariam a mudança do mundo. A história da edição de livros, tal como tem sido contada, nada mais é do que uma série de anedotas sobre o universo editorial, algo que surge como uma pequena coleção de segredos sobre os autores, e que diz muito sobre o passado dos meios de produção, mas com muito pouca – e às vezes francamente nenhuma – vontade de confrontá-los.

O que a crítica literária tem feito não é clarear o objeto, mas sim transformá-lo. A literatura não contém em *si* o social, ela é o próprio social. Ao recomendar a abordagem do texto e não

“neste caso” “da questão social” o pesquisador procura amputar da análise tudo o que lhe parece questão social. E invariavelmente a questão social é sempre a presença da questão social do outro. Tudo aquilo que me impede de verificar a palavra, é tomado, nesse sentido, como o social. É aparição da história como ruído, como poluição, como impureza.

A crítica literária parece estar sempre procurando fundamentar o que é ela mesma, e acredita o crítico estar fazendo a mais correta das críticas enquanto segue sem rota prévia. Sem dúvida, não ter roteiro facilita a possibilidade de ir em todas as direções, o que é muito saudável em um mundo cheio de regramentos e proibições teóricas; contudo, sempre que não há direções indicadas, se pode estar parado sem nenhum tipo de restrição. Assim, é exatamente esse o ponto onde se encontra a crítica literária atual. Nas universidades mostra-se paralisada pelo compromisso com o sistema ideológico do capital. Nos jornais e nas publicações, está preocupada em não parecer hermeticamente inacessível para as massas. De forma consistente, está sempre, portanto, falando de *outra* coisa. E não em um sentido polissêmico, mas no sentido em que fala de uma outra coisa enquanto deveria estar falando *disso*; apontando cada vez um outro objeto, enquanto deveria dedicar-se àquilo.

De qualquer forma, é previsível que a classe dominante se negue dentre seus instrumentos de legitimação e comunicação, a reconhecer os expedientes de suas estratégias de exploração. Em ampla medida, tem-se assistido a uma constante negação até do fato de que se explora, a medida em que o termo exploração tem sido tomado como uma espécie de imprecisão – nos casos brandos – e uma ofensa, nos casos graves, aos empresários e a toda ideologia capitalista.

A crítica literária atual pretende se apresentar como pós-tudo. Ela não aborda a questão do racismo porque o racismo já está superado. Não basta a ela apenas não pensar o negro. É preciso interditar a validade dessa atividade. É preciso lembrar que o pensamento dessa questão enfraquecerá o debate, enfraquecerá a crítica literária e, em um sentido ameaçador, enfraquecerá a própria civilização.

Uma solução a isso aparece em Terry Eagleton (2006), onde o texto literário é interpretado como um produto da ideologia. Assim se pode tomá-lo como um artefato, como uma unidade. Há vantagens e desvantagens interessantes nesse raciocínio. A primeira é que é sem dúvida uma visão marxista derivada da consciência de que a ação dos seres produz a cultura. A desvantagem maior reside no fato do risco de se pretender gastar o tempo buscando as fidelidades do texto com o mundo e suas diferenças. Pensar o texto como ator das funções sociais parece mais promissor, na medida em que evita a crença de que o texto fornece ao seu leitor informações estáticas. A produção do texto não é, portanto, reflexo das relações ideológicas, e sim parte fundamental delas.

Em um exercício exemplar prático, não se pode tomar a literatura de Ralph Ellison (como também não se pode fazer o mesmo com a maior parte da literatura norte-americana negra) como um produto das condições de vida dos negros no século XX. Ela é, essencialmente, a própria condição de vida dos negros no século XX. Isso não significa, de modo algum, que possa ela mesma responder a um mesmo tempo como objeto e crítica de si mesma. Significa, isso sim, que não pode ser compreendida como um fragmento independente (pois fora da realidade social não possui significado) e nem mesmo como miniatura metafórica do mundo (porque sua força está em justamente fornecer um aspecto da experiência humana específica).

Em suma, a crítica literária não marxista, quando evita certos produtos, está evitando, na verdade, seus produtores. Não é o preconceito o tema desconcertante, mas os marginalizados. A fobia não é, portanto, em relação ao objeto que rejeitam, mas à denúncia daquilo que a presença do autor dos objetos supostamente irá causar.

É comum cair na circularidade de que o papel da crítica é o de... criticar. Sem dúvida, mas criticar *o quê*? Esse *quê* tem sido fundamentalmente transmutado em um infinito *como*. É justamente dentro desse campo semântico que a crítica literária tem se refugiado para se omitir ao ofício de criticar, evitando assim o embate entre academia e poder. Toma-se aqui por poder seu conceito mais trivial de força, de imposição do *status quo*, das rotinas sociais, da ideologia dominante. A função de uma crítica literária marxista é recompor o espaço da indagação, devolvendo a capacidade do espaço para a resposta. Afinal, a crítica literária deve ser uma oportunidade de potência e não uma confirmação do poder.

Assim, as questões étnicas, as questões de gênero, as questões de classe, escanteadas, vilipendiadas e francamente desprezadas pela hegemonia burguesa podem encontrar na crítica marxista um espaço onde não figuram como elementos estáticos de legitimidade, mas como objetos a serem criticados pelo conteúdo do que tem a dizer. Não se trata apenas de um maior interesse da crítica marxista, mas de sua natural disponibilidade para discernir sobre aquilo que já não pode ser discernido sem barulho e sem rupturas.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'água, 1992.
- BLOOM, Harold. *El canon*. Guante Blanco, 1998.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária*. Rio de Janeiro: Beca, 1999.
- DEBORD, Guy. *Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

DURÃO, Fabio Ackcelrud. *Teoria (literária) americana: uma introdução crítica*. Campinas: Autores Associados, 2011.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1998.

LUKACS, Gyorgy. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RODRIGUEZ, Juan Carlos. *De qué hablamos cuando hablamos de literatura*. Granada: Guante Blanco, 2002.

SHAKESPEARE, William. *Othelo*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 2000.